

QUANTIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DIVULGADAS DE FORMA VOLUNTÁRIA POR EMPRESAS QUE NÃO SÃO OBRIGADAS A DIVULGAÇÃO

QUANTIFICATION OF FINANCIAL STATEMENTS VOLUNTARILY DISCLOSED BY COMPANIES THAT ARE NOT OBLIGATED TO DISCLOSURE

Davi Pereira de Moura

Renan Narcizo de Jesus

Filipe Martins da Silva

Resumo: No Brasil a elaboração das demonstrações contábeis é realizada ao fim do exercício fiscal, e tem como objetivo informar a posição financeira, econômica e patrimonial. Apesar da importância destes documentos, muitas empresas brasileiras apresentam somente o que é determinado por legislação. Com base nisso foi definido o seguinte objetivo geral: identificar quais demonstrações contábeis foram divulgadas pelas empresas limitadas na Receita Federal. A coleta de dados foi realizada mediante um levantamento no site Central de Balanços, que apresenta as demonstrações contábeis das empresas voluntariadas. Para cumprir o objetivo foi realizado um estudo dos documentos apresentados de forma pública pelas empresas limitadas.

Palavras-chave: Contabilidade; Demonstrações Contábeis; Receita Federal.

Abstract: In Brazil, the preparation of financial statements is carried out at the end of the fiscal year, and aims to inform the financial, economic and equity position. Despite the importance of these documents, many Brazilian companies only present what is determined by legislation. Based on this, the following general objective was defined: to identify which financial statements were disclosed by companies limited to the Federal Revenue Service. Data collection was carried out through a survey on the Central de Balanços website, which presents the financial statements of volunteer companies. To fulfill the objective, a study of the documents presented publicly by the limited companies was carried out.

Keywords: Accounting; Accounting statements; IRS.

1 INTRODUÇÃO

A principal ferramenta da contabilidade utilizada para apresentar as análises de uma empresa são as demonstrações contábeis, que apresentam aspectos contábeis específicos da empresa, como por exemplo, seus resultados econômicos e financeiros.

Conforme Malaga (2017), as demonstrações contábeis permitem uma análise permitindo visualizar a situação atual da empresa, projetando uma ação com o intuito de atingir um novo resultado, ou seja, entender a dificuldade financeira que a empresa possui e realizar uma ação que busque corrigir seus problemas.

Segundo Lira (2011), o conjunto completo de demonstrações contábeis são, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Demonstração do Valor Adicionado), complementadas por Notas Explicativas, devendo ser incluído no livro diário, todos esses documentos devem ser assinados pelo titular da empresa ou representante legal e o contador habilitado legalmente.

Porém, mesmo assim, poucas são as empresas que apresentam todas as demonstrações contábeis obrigatórias, que são determinadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG) 26(R5), e no caso de empresas limitadas, não existe a obrigatoriedade da divulgação dessas informações ao público, diferente das empresas com ações negociadas em Bolsa de Valores. Essa falta de divulgação dificulta uma análise da empresa, tanto em visão geral da mesma, quanto em uma visão específica, prejudicando a tomada de decisão ou projeção de ações futuras da empresa, inclusive para captação de investimentos.

Com base no exposto foi elaborado a seguinte questão problema: quais demonstrações contábeis que foram divulgadas pelas empresas de responsabilidade individual e limitada na Receita Federal?

Para responder à questão problema foi definido o seguinte objetivo geral: identificar as demonstrações contábeis que foram divulgadas pelas empresas de responsabilidade individual e limitada na Receita Federal através do seu próprio Portal. Para atender o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: (1) Elencar as demonstrações contábeis divulgadas por empresas Limitadas e EIRELIS, (2) Verificar o conjunto de demonstrações contábeis divulgadas por empresas Limitadas e EIRELIS, e (3) Analisar se as empresas estão divulgando o conjunto de demonstrações de acordo com a legislação vigente.

O motivo de realizar o estudo sobre essas duas modalidades é porque esses tipos de empresas não possuem uma obrigação de divulgar nenhuma informação à público, então assim, pode-se obter realmente quantas empresas possuem interesse em divulgar as suas demonstrações

O estudo justifica-se que com a falta de informações contábeis divulgadas ao público pelas empresas limitadas pode se ressaltar uma falta de transparência entre as empresas limitadas e outras modalidades quando se trata de apresentação sobre o lado financeiro da companhia.

De acordo com Marion (2019), os métodos contábeis cresceram para suprir uma demanda, e a globalização e avanços tecnológicos criam uma demanda de constante troca de

dados entre os usuários no mundo. Para as entidades com fins lucrativos é necessário que se mantenham atualizadas todas as demonstrações em dia, no entanto ainda existe a visão de que transparência é sinônimo de fiscalização, apesar de auxiliar no controle do Estado sobre as empresas auxilia mais do que nunca a ter um controle sobre o patrimônio da entidade.

Além disso, percebe-se que grande parte das empresas se utiliza das demonstrações, apenas entrega ao governo por motivos legais. Esses dois pontos mencionados ressaltam a importância do contador como preparador da informação para tomada de decisão, e que sua divulgação de forma pública que pode agregar de forma positiva e decisiva para si mesma.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção serão apresentados a história da contabilidade, desde como ela surgiu até os dias atuais, junto com os tipos e funcionamentos das demonstrações contábeis e relacionara a divulgação das mesmas em âmbito público, junto a Teoria da Divulgação. Além disso serão explicadas as modalidades de uma empresa Eireli e Limitada.

2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

Segundo Marion (2019), a contabilidade tem como objetivo registrar e controlar o patrimônio da organização, conceituando tudo que é compreendido como controle, planejamento, metas, organização e informações. O avanço da tecnologia e as ferramentas disponíveis ajudam a manter de forma mais clara e rápida as demandas de uma entidade.

Ainda, conforme o mesmo autor, historicamente os métodos utilizados hoje em dia são muito antigos, pode-se citar como exemplo os métodos das partidas dobradas, conhecido popularmente por “débito e crédito”, dentro da contabilidade, foi criado em 1494 pelo Frei Luca Pacioli, porém há também registros ainda mais antigos, pois de acordo com Iudícibus (2015) foram encontrados registros no terceiro milênio antes de Cristo, na civilização Suméria, Babilônia, Mesopotâmia, Egito e China.

Marin (2019) ainda explica que, mesmo sem a movimentação de dinheiro em si, os métodos da época serviam para ajudar no controle de estoque de mercadorias que serviam para escambo, ao passar do tempo com a criação de moedas para representar um valor e o avanço do comércio criou uma demanda por novos métodos que ao passar do tempo foram aumentando.

Hoje, no Brasil, conforme Fernandes e Costa (2017), existem 3 principais tipos de regimes tributários sendo eles o Lucro Real, Presumido e o Simples Nacional, porém grande parte das empresas não recebe cobrança pelo controle do patrimônio apesar de órgãos como o CFC orientarem e estimularem a publicação, realização e controle das demonstrações.

As demonstrações contábeis são documentos que uma empresa elabora e divulga, com o objetivo de representar seu fluxo contábil e financeiro em um certo período. A divulgação destes demonstrativos é obrigatória segundo a lei 6404/76 para empresas de sociedade por ações, apresentadas ao público que tenham interesse, como os acionistas ou sócios.

Apesar de obrigatórias para algumas empresas, é importante elaborar as demonstrações contábeis para que se tornem uma espécie de "mapa" para os administradores, auxiliando nas tomadas de decisões em comparação com os períodos anteriores ao atual.

Atualmente a Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 complementa a lei 6404/76 trazendo uma harmonização com as normas internacionais de contabilidade, a transparência das demonstrações contábeis e a busca da essência sobrepondo a forma, alterando alguns detalhes nas demonstrações contábeis, principalmente no Balanço Patrimonial e na elaboração do Demonstrativo do Fluxo de Caixa.

A elaboração das demonstrações contábeis (financeiras) acontecem ao fim do período do exercício pelo setor administrativo e contabilístico da empresa. A divulgação de demonstrações contábeis é obrigatória pela legislação brasileira para empresas de capital aberto.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Como publicado na NBC TG 1000, há importância das demonstrações tanto para os agentes internos quanto para os agentes externos, pois seu objetivo é fornecer informações sobre a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa, tanto para grandes, médias e pequenas empresas. Em sua totalidade as demonstrações contábeis que as empresas devem publicar estão apresentadas no Quadro 01:

Quadro 1 – Demonstrações Contábeis

<p align="center">BALANÇO PATRIMONIAL</p>	<p>Segundo Brant (2020), essa demonstração tem a finalidade de apresentar a situação financeira e patrimonial da instituição, detalhando o que há entre direitos, bens e obrigações. Além disso, disponibiliza uma visão completa das atividades do negócio, por exemplo, os valores a receber dos clientes.</p>
<p align="center">DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO</p>	<p>Trata-se de um relatório criado para demonstrar as operações feitas dentro de um certo tempo e que geraram rendimentos ou gastos para a instituição. Também é usado para a apuração de impostos, além de identificar se a organização obteve lucro ou prejuízo no período (BRANT, 2020).</p>
<p align="center">DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</p>	<p>De acordo com o <i>Capital Now</i> (2020), este documento evidencia todas as alterações que aconteceram no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados no patrimônio líquido da empresa.</p> <p>Para isso, a DLPA indica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O saldo inicial de lucros ou prejuízos, com seus devidos ajustes dos exercícios anteriores ● O lucro líquido do exercício e todas as reversões de reservas ● O saldo final do período analisando com todas as transferências para reservas que foram realizadas, com o lucro incorporado ao capital ● O montante do dividendo do capital social.
<p align="center">DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</p>	<p>Brant (2020) explica, esse documento tem o objetivo de mostrar as alterações no patrimônio líquido, por exemplo, o que elevou ou reduziu a capacidade financeira da empresa ao longo do período.</p>
<p align="center">DEMONSTRATIVO DE RESULTADO ABRANGENTES</p>	<p>Conforme <i>Capital Now</i> (2020), O documento tem como objetivo manter atualizado a divisão entre o que é patrimônio da empresa e o que é de seus sócios. Segundo a CPC 26, há pelo menos alguns itens obrigatórios na produção de uma DRA, com base nos lucros líquidos obtidos através do DRE (Demonstrativo de Resultado do Exercício), mesmo que essa obrigatoriedade não esteja disposta na Lei n. 6.404/1976. São eles:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Resultado líquido do período. ● Descrição dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza. ● Demais resultados abrangentes de empresas investidas

	<p>reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Resultado abrangente total do período. ● Este último, resultado abrangente total do período, ainda inclui: ● Avaliação patrimonial ajustada. ● Variações da reserva de reavaliação. ● Ganhos e perdas em planos de pensão. ● Ganhos e perdas oriundos de conversão de demonstrações de operações no exterior.
<p>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA</p>	<p>Para finalizar, Brant (2020) afirma que, a Demonstração do Fluxo de Caixa aponta as entradas e saídas de capital, durante o período, no caixa da companhia. Nesse caso, ela será separada entre recebimentos, pagamentos operacionais, investimentos e financiamentos.</p>

Fonte: Elaborado pelos Autores

O Quadro 1 apresenta as demonstrações contábeis obrigatórias previstas na NBC TG 1000 que as pequenas e médias empresas devem elaborar ao final do exercício social.

2.2.1 A Vantagem do Compartilhamento de Demonstrações Contábeis ao Público

Buffet e Clark (2020) explicam como encontrar empresas com uma vantagem competitiva de longo prazo através de suas demonstrações financeiras, pelo meio da leitura do Balanço e DRE ele verifica onde se encontra os principais problemas e as principais qualidades da entidade, tal leitura se utilizada em prol da criação de um ambiente de sustentabilidade econômica poderia auxiliar na melhora financeira e social de muitas empresas. Os autores também defendem que as demonstrações contábeis podem auxiliar o próprio empresário a analisar sua empresa, evitando despesas que tiram a vantagem competitiva da entidade, trazendo assim uma importância na elaboração dos documentos.

Honeyman (2017) defende a transparência das empresas pode ajudá-las a atrair investidores de impacto ou orientados pela missão da empresa buscando retornos financeiros sólidos ou atrair empresas maiores interessadas em adquirir uma marca inovadora e de ponta.

O autor defende ainda o certificado de Empresas B, que defende a transparência das entidades, nos EUA por exemplo grandes instituições financeiras como JPMorgan, Prudential e UBS além de investidores de impacto como a Good Capital, a Renewal Funds e a RSF

Social Finance preferem investir em empresas com o Certificado B por acreditar nas métricas rigorosas de desempenho financeiro das empresas.

2.3 TEORIA DA DIVULGAÇÃO

A análise das entregas das demonstrações contábeis na Central de Balanços levanta algumas hipóteses que podem ser analisadas através da “Teoria da Divulgação”, um tema bastante abordado desde a década de 80 com diversos *papers* publicados que tem como objetivo explicar o fenômeno da divulgação de informações financeiras, a partir de diversas perspectivas.

Apesar não defender a existência de uma teoria de divulgação unificadora ou abrangente Verrecchia (2001) a partir da análise das pesquisas em contabilidade sobre divulgação, estabelece uma taxonomia, ao propor três categorias de classificação dessas pesquisas, a divulgação baseada em julgamento é definida que tais divulgações são a fundamentação que possibilita que um comprador interprete a informações retidas como sendo desfavoráveis à empresa, pois as informações favoráveis serão divulgadas pela empresa. Portanto, se uma informação não for divulgada, provavelmente ela é desfavorável à entidade.

Contudo o estudo de Dye (2001) expõe críticas a respeito do artigo de Verrecchia (2001), onde o autor diz que existe uma teoria da divulgação voluntária sendo ela um caso especial da teoria dos jogos com a premissa central de que qualquer entidade que esteja cogitando a divulgação irá divulgar informação favorável para a entidade e não irá divulgar informação desfavorável a mesma.

Apesar de Dye (2001) afirmar que existe uma teoria da divulgação voluntária e realizar críticas ao modelo de Verrecchia(2001), ambos os autores trazem uma abordagem quanto a “Teoria da Divulgação Voluntária”, que se entende que a empresa não apresenta suas demonstrações para não ter uma certa desvantagem competitiva, porém para Dantas et al. (2005) o *disclosure* consiste em elemento essencial do processo de governança corporativa, pois provê transparência aos atos de gestão, nota-se que o princípio da transparência na governança corporativa determina não somente a realização de divulgações obrigatórias, mas também de divulgações voluntárias acerca de informações que sejam úteis aos *stakeholders*.

2.4 SOCIEDADE LIMITADA

Conforme Rodrigo (2019), empresa LTDA é uma estrutura empresarial onde se possui uma identidade jurídica própria, ou seja, separada dos seus sócios (acionistas) e dos seus gerentes (administradores). Este se trata de um conceito de Sociedade Limitada.

Todo o início de uma sociedade empresária LTDA é estabelecida através do contrato social de sociedade limitada. Além disso, esse contrato é responsável por definir as regras e atividade da organização, definindo o seu rumo. Importante ressaltar que o contrato social pode ser alterado caso seja necessário. Entre as principais características da sociedade limitada estão:

- Sociedade — é composta por um ou mais sócios, não sendo necessários que exerçam o mesmo tipo de atividade na sociedade;
- Capital social — não tem um valor mínimo, já que a responsabilidade vai depender do montante de capital investido e integralizado;
- Responsabilidade dos sócios - é restrita à empresa, já que os bens pessoais ficam protegidos.

A principal vantagem das sociedades limitadas é o fato de que o patrimônio dos sócios está protegido contra possíveis problemas financeiros da empresa. Outra vantagem é que a distribuição dos lucros é facilitada, já que cada sócio tem direito a lucrar de maneira correspondente à sua participação na empresa. A remuneração de cada membro corresponde ao investimento de capital realizado, tornando mais fácil a distribuição dos lucros.

Por fim, a vantagem de que caso algum dos sócios quebre as regras, ele pode ser excluído da empresa. Desse modo, é possível proteger o futuro da empresa ao se eliminar uma pessoa que poderia trazer prejuízos para a companhia. Por outro lado, existe a desvantagem de que não existe a obrigatoriedade de um conselho fiscal. Outro ponto negativo é que não existe um valor mínimo para a empresa, o que pode causar divergências entre os sócios.

Apesar da responsabilidade de cada sócio ser limitada ao seu investimento na companhia, cada sócio responde pelo capital total do negócio. Por exemplo, uma organização tem dois sócios, sendo que um aplicou R\$100 mil e o outro R\$50 mil, então, ambos respondem pelo montante de R\$150 mil.

2.5 EIRELI

Segundo o SEBRAE (2019), a Lei Geral, também conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, foi criada pela Lei Complementar nº. 123/2006 que busca definir, regulamentar e auxiliar no desenvolvimento das pequenas entidades. Além de simplificar o recolhimento dos tributos, a Lei diferencia os tipos de empresa sendo elas Microempresa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e Empresa de Pequeno Porte com receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

No presente estudo, se considerou dois tipos de empresas, para o Sebrae, por definição empresas Eireli (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), um modelo de empreendimento criado em 2011 com o objetivo de legalizar seu negócio como sociedade limitada, eliminando a figura do sócio “fantasma”. Com a Eireli, o empresário pode abrir sua empresa com apenas um sócio, esse modelo de empresa é considerado uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte sendo assim orientado pelo ITG 1000.

Porém a Lei 14.195 de Agosto de 2021 determina a extinção do formato jurídico EIRELI e a sua automática substituição pela Sociedade Limitada Unipessoal, modalidade que contém a mesma segurança jurídica que uma sociedade, mas podendo ser o sócio único da empresa, ela também veio oferecendo a possibilidade de ter mais de uma empresa neste formato e ainda sem um valor de capital social mínimo, que era a principal desvantagem da EIRELI, a nova modalidade também deverá elaborar os mesmos demonstrativos contábeis de uma EIRELI.

3 METODOLOGIA

Entende-se pesquisa por um conjunto de atividades que têm por finalidade a descoberta de novos conhecimentos no domínio científico, literário e artístico. Para Gil (2007, p.17) ela é definida como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos, sendo desenvolvida por meio de um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Tartuce (2006) aponta que a metodologia científica trata de método e ciência. Método (do grego *methodos*; *met'hodos* significa, “caminho para chegar a um fim”) é, portanto, o

caminho em direção a um objetivo; metodologia é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa.

Para o presente estudo, utilizou-se de uma metodologia descritiva, quanto ao seu objetivo, para apresentar o problema levantado, sendo ela um procedimento de estudo de caso, analisando e descrevendo os fatos, aspectos e comportamentos de determinada população analisada, que consiste nas empresas listadas na Central de Balanços. Para Gil (2008) esse tipo de pesquisa tem como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis.

O uso da análise descritiva deu-se para investigar e descobrir as características de um fenômeno, utilizando de técnicas como cálculo de percentual, média e análise dos dados levantados. Köche (2011 p. 124) diz que a pesquisa descritiva “estuda as relações entre duas ou mais variáveis de um dado fenômeno sem manipulá-las”.

Em relação a abordagem, para uma melhor compreensão do estudo se deu necessária a utilização de uma abordagem quantitativa, cujo objetivo é verificar estatisticamente uma hipótese a partir da coleta de números concretos e quantificáveis conforme Beuren (2013, p.92).

Para auxiliar no presente estudo foi utilizada para fins complementares a pesquisa documental que para Silva e Grigolo (2002) vale-se de matérias que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada buscando extrair dela algum sentido e introduzir algum valor, podendo desse modo, contribuir para a comunidade científica.

O presente estudo foi realizado a partir das ferramentas de disponibilização de documentos da Receita Federal do Brasil, possibilitando analisar o comportamento de divulgação das entidades de pequeno e médio porte em relação à divulgação de suas demonstrações contábeis. O portal que divulga tais informações é a Central de Balanços.

A coleta de dados ocorreu em 09 de setembro de 2021, e nesta data, o portal possuía uma população de 1.608 empresas que divulgaram suas demonstrações contábeis no ano de 2019. A amostra selecionada foi de 94 empresas, sendo 84 a quantidade de empresas limitadas (LTDA) e 10 a quantidade de empresas EIRELI (Empresas que deixarão de existir em 2021).

4 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

O estudo foi realizado tendo como base as demonstrações contábeis do ano de 2019 que foram divulgadas de forma espontânea pelas empresas LTDA e EIRELI pelo portal de

divulgação da Receita Federal, chamado de Central de Balanços. O estudo foi realizado utilizando uma tabela apresentando o total de demonstrações divulgadas, fazendo uma análise com base no número de divulgações, as informações foram extraídas do portal.

As empresas possuem 6 principais demonstrações contábeis que poderão ser elaboradas, o quadro a seguir, que apresenta a legenda para os documentos que serão analisados no estudo.

Quadro 02 - Legenda das demonstrações contábeis

LEGENDA	
BALANÇO	Balanco Patrimonial
DRE	Demonstrativo de Resultado do Exercício
DLPA	Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
DRA	Demonstrativo de Resultado Abrangentes
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa

Fonte: Elaborado pelos autores

O Quadro 2 tem como objetivo apresentar a siglas usualmente utilizadas para se referir as demonstrações contábeis, não fazendo necessário, assim a escrita por extenso destas.

4.1 EMPRESAS LIMITADAS

No Quadro 03 apresentado a seguir, é apresentado o número de cada demonstração contábil divulgada pelas empresas LTDA, separadas por demonstração individual e conjunto de demonstrações divulgadas. O total de empresas LTDAs consideradas para a análise foi de 84 empresas.

Quadro 03 - Quantidade de divulgação por demonstração das empresas LTDA

EMPRESAS LTDAs	
DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS	
BALANÇO PATRIMONIAL	51
DRE	39
DLPA	5
DMPL	6
DRA	1
DFC	2
CONJUTOS APRESENTADOS	
NADA	33
BALANÇO	12
BALANÇO E DRE	28
BALANÇO, DRE E DLPA	5
BALANÇO, DRE E DMPL	4
BALANÇO, DRE, DMPL E DFC	1
BALANÇO, DRE, DMPL, DRA E DFC	1

Fonte: Elaborado pelos Autores

Conforme observado no Quadro 03 nota-se que cerca de 33 empresas LTDA que representam 40% do total de empresas LTDA que estão cadastradas na Central de Balanços no ano de 2019 não apresentaram nenhum demonstrativo, porém as demais apresentam ao mínimo o Balanço Patrimonial, o que representa um total de 12 empresas. Ressalta-se que o Conselho Federal de Contabilidade determina que a divulgação das demonstrações para essas empresas não é obrigatória, mas são estimuladas a divulgar por meio da ITG 1000 a divulgação.

Apesar da orientação do CFC grande parte das empresas LTDA divulgou apenas as demonstrações mais básicas, o Balanço Patrimonial e o DRE, deixando de lado as demonstrações que detalham mais a trajetória do patrimônio da entidade.

4.2 EMPRESAS EIRELI

O Quadro 04 apresentado a seguir refere-se às empresas EIRELI, modalidade que será extinta, nas empresas EIRELIs foi analisada uma amostragem de 10 empresas percebe-se que todas ficaram restritas apenas a 2 demonstrações.

Quadro 04 - Quantidade de divulgação por demonstração das empresas EIRELI:

EMPRESAS EIRELIS	
DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS	
BALANÇO PATRIMONIAL	10
DRE	8
CONJUTOS APRESENTADOS	
BALANÇO	2
BALANÇO E DRE	8

Fonte: Elaborado pelos Autores

4.3 ANÁLISE DE DADOS

No Brasil, diferente das empresas de capital aberto que a publicação de seus atos e a divulgação das informações ordenadas pela Lei nº 6.404/76 são obrigatórias na Central de Balanços levando em conta a Portaria do Ministério da Economia nº 529 de 26 de setembro de 2019. As empresas de Pequeno e Médio Porte apenas optam pela postagem espontânea de seus demonstrativos, sendo apenas exigidos em casos em que a entidade busca entrar em uma licitação.

Analisando os Quadros apresentados anteriormente percebe-se que, ao se comparar com o número de empresas LTDA e EIRELI no Brasil a quantidade de empresas que optaram por divulgarem suas demonstrações é muito baixo, pois segundo boletim do Ministério da Economia, divulgado no 1º quadrimestre de 2020, o número de empresas LTDA ativas no Brasil era de 4.123.979 e EIRELI eram 1.002.017, enquanto as que se voluntariaram a divulgar foram 84 empresas, quantidades relativamente baixas ao se comparar com o número total.

Na Central de Balanços a postagem se dá através da ECD (Escrituração Contábil Digital), apesar de não ser obrigatória a entrega da ECD as empresas podem utilizar da mesma para substituir a escrituração por papel, reduzindo um custo para a empresa, o arquivo na Central de Balanços fica disponível de forma pública e em formato PDF para qualquer usuário.

A opção por postagem na Central de Balanços também reduz os custos para a divulgação em Jornais ou demais portais, levando em conta que a divulgação de forma pública se daria na própria ferramenta da Receita Federal.

A Central de Balanços, iniciativa da Receita Federal, auxilia as empresas na publicação, tal ferramenta reúne os documentos contábeis das entidades que optarem por

divulgar as informações de forma pública, além daquelas que já publicam por conta da obrigatoriedade.

Conforme a Portaria N° 529 de 2019, as demonstrações passíveis de publicação incluem as constantes da ECD, validadas e certificadas, sendo possível selecionar demonstrações constantes em escriturações contábeis entregues ao Sped conforme informado pela Central.

Outro ponto que é importante ressaltar é a baixa aderência pela divulgação de demonstrações além do Balanço Patrimonial e DRE, apesar de muitas empresas não terem divulgado nenhuma demonstração. A elaboração da DLPA, DMPL, DRA e DFC podem auxiliar na transparência da empresa para controles internos e análise de *stakeholders*, mas tiveram uma baixa aderência de divulgação.

O DFC, demonstrativo do Fluxo de Caixa, para Buffet e Clark (2020) contém informações que demonstram se a empresa está se beneficiando de uma vantagem competitiva, o autor entende que analisar os gastos com ativos fixos ou até mesmo o direcionamento do dinheiro pode ajudar a empresa a enriquecer de forma mais sólida.

A DMPL demonstra as alterações do patrimônio líquido da empresa em determinado período, mostrando como a empresa direciona as entradas ou saídas de capital e organiza o patrimônio líquido apresentado no Balanço Patrimonial.

A falta de apresentação dos demonstrativos contábeis além do Balanço e DRE não permite uma análise mais detalhada e profunda da entidade, baseando-se apenas em informações muitas vezes mais genéricas, a falta de apresentação poderá ser entendida como uma falta de controles internos da entidade.

Utilizando a visão de Honeyman (2017) as empresas que não divulgaram seus números de forma voluntária na Central de Balanços teriam dificuldade de atrair investidores ou instituições financeiras para financiar de forma mais barata suas atividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas de pequeno e médio porte em sua maioria, como visto na análise dos quadros anteriormente, não seguem as orientações do CFC para a divulgação das suas demonstrações contábeis, muitas vezes divulgam pela necessidade de entrar em uma licitação ou divulgam apenas o básico não seguindo as orientações do ITG 1000.

Porém para isso seria necessária uma certa obrigatoriedade maior na publicação desses demonstrativos que além de ajudar as empresas a cumprirem a função da contabilidade traria

uma valorização maior do contador que atualmente vem sendo banalizado pela criação de contabilidades on-line.

O serviço do Contador hoje é elaborar de forma clara cada um dos demonstrativos, contendo todas as informações para que se possa ler e interpretar a atual situação da entidade, a sua publicação se dá de forma pública e pode ser acessada em portais como o site da B3 ou o site da CVM, porém a pesquisa fica limitada.

O portal público da Central de Balanços, vinculado a Receita Federal, cumpre o papel de trazer a ferramenta que supre a demanda que hoje ainda não é vista pelas entidades de fins lucrativos, o portal também auxilia na redução dos custos para a divulgação que alguns anos atrás deveria ser realizado em algum veículo de comunicação trazendo um alto custo para a empresa.

Apesar de suprir a demanda a baixa divulgação da ferramenta ainda é vista como um problema sendo vista uma falta de incentivo e cobrança dos órgãos fiscalizadores a cobrar a participação das empresas a divulgarem seus demonstrativos sendo mais transparentes.

Além da baixa adesão das empresas, outro problema levantado é quanto ao número de demonstrativos apresentados, as empresas que divulgaram de forma espontânea se limitaram somente ao Balanço Patrimonial e DRE, se considerarmos a Teoria da Divulgação de Verrechia se poderia entender que as empresas divulgaram apenas as informações favoráveis deixando de lado informações que poderiam considerar desfavoráveis ou confidenciais.

Ao final se conclui que atualmente no Brasil os demonstrativos contábeis para empresas de pequeno e médio porte, apesar de poderem ajudar muito nos controles internos, não são realizados de forma completa, o portal da Central de Balanços apesar de auxiliar na redução de custos e ser integrado com o SPED, sofre com a falta de incentivo e divulgação dos órgãos públicos reduzindo sua eficácia.

Além de tirar a importância das demonstrações, a falta de incentivo da Receita banaliza a profissão do Contador que tem como principal papel auxiliar as empresas a manterem sua contabilidade de forma regular conforme a legislação vigente e os decretos do Conselho Federal de Contabilidade. A contabilidade regular não só serve para questões de fiscalização, mas principalmente auxilia as empresas de pequeno e médio porte a tomarem decisões de forma mais segura tendo em vista a análise das demonstrações contábeis.

A pesquisa demonstrou que as empresas de pequeno e médio porte apesar das orientações do Conselho Federal de Contabilidade e do auxílio da Receita Federal, com o Portal da Central de Balanços, não divulga seus demonstrativos contábeis de forma pública

limitando-se ao mínimo pedido pela legislação, que obriga somente as grandes empresas a divulgarem seus demonstrativos. Outro dado levantado foi que um pequeno percentual das empresas está registrado na Central de Balanços demonstrando uma baixa adesão na ferramenta que facilita e barateia a divulgação pública dos documentos.

Como sugestão para estudos futuros, uma pesquisa analisando os documentos apresentados pelas empresas que divulgaram publicamente seus demonstrativos, diferentemente do presente trabalho que verificou se há ou não divulgação, a sugestão verificaria se os documentos são elaborados respeitando as orientações do CFC e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

REFERÊNCIAS

BEUREN, I. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Ministério Da Economia. **Boletim do 1º quadrimestre/2020**. Brasília:[s.n.], 2020.

BUFFET, M.; CLARK, D. **Warren Buffet e a análise de balanços**. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE SP. **Normas brasileira de Contabilidade TG 1000 (R1): contabilidade para pequenas e médias empresas**. São Paulo: CRCSP, 2019.v.1.

CONSELHO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Demonstrações contábeis**. Porto alegre: CRCRS, 2007. Disponível em: <https://www.crcrs.org.br/demonstracoes-contabeis/>. Acesso em: 27 out. 2021.

FERREIRA, R. Entenda mais sobre empresa de sociedade limitada e as suas características. **Artdata Contábil**, São Paulo, 10 out. 2019. Disponível em: <https://www.artdatacontabil.com.br/blog-leitura/entenda-mais-sobre-empresa-de-sociedade-limitada-e-as-suas-caracteristicas>. Acesso em: 04 nov. 2021.

HONEYMAN, R. **O Manual da empresa B: como usar os negócios como força para o bem**. Belo Horizonte: Voo, 2019.

LIRA, A. **Demonstrações contábeis: aspectos práticos elaboração e apresentação conceitual de acordo com o IFRS**. Paraná: CRC PR, 2011.

MÁLAGA, F.K. **Análise de demonstrativos financeiros e da performance empresarial: para empresas não financeiras**. 3.ed. São Paulo: Saint Paul, 2017.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MOLIGA, M. A nova visão contábil após a lei 11.638/2007. **Blog Contábeis**, Araguaina, 30 maio 2012. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/790/a-nova-visao-contabil-apos-a-lei-11-638-2007/>. Acesso em: 24 out. 2021.

SALOTTI, B.; YAMAMOTO, M. Ensaio sobre a teoria da divulgação. **Brazilian Bussiness Review**, Vitória, v.2, n.1, p. 53 – 70, jan.-jun. 2005.

SCHMIDT, A. **Importância da teoria da divulgação nas práticas de governança corporativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

SEBRAE. **Tudo o que você precisa saber sobre eireli**. 30 jun. 2015. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-eireli,4fe2be300704e410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 01/11/2021.